



EM BUSCA DE
UMA ECONOMIA
SUSTENTÁVEL



RELATÓRIO

2012

Conservação

Sustentabilidade

Mudanças Climáticas

Uma forma diferente de fazer negócios

Primeiros passos na construção da Economia
Verde no Acre, Brasil, e em Sabá, Malásia

O WWF ESTÁ NO CENTRO DOS ESFORÇOS GLOBAIS PARA LIDAR COM OS MAIS IMPORTANTES DESAFIOS AMBIENTAIS DO MUNDO. TRABALHAMOS COM COMUNIDADES, EMPRESAS E GOVERNOS PARA AJUDAR AS PESSOAS E A NATUREZA A PROSPERAREM. JUNTOS, PROTEGEMOS O MEIO AMBIENTE, COMBATENDO AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PROMOVENDO O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS.

Percebemos que, a menos que seja tomada uma atitude para mudar o pensamento e os padrões de desenvolvimento atuais, a biodiversidade do mundo e a base da vida - terras produtivas, água limpa, clima relativamente estável – serão rapidamente comprometidos. É essencial descobrir caminhos alternativos de desenvolvimento para criar economias verdes – e por isso que é importante aprender o que podemos a partir de exemplos como os do Acre e de Sabá.

Autor do relatório: James Johnson

MUDANDO O HÁBITO

Os padrões atuais de desenvolvimento estão comprometendo os sistemas naturais dos quais nossa economia e bem-estar dependem. É evidente que precisamos de uma nova forma de pensamento para construir uma economia que seja sustentável em termos sociais, econômicos e ambientais. Em resposta às diversas crises ambientais e econômicas que ocorrem hoje em dia, um novo conceito – conhecido como economia verde – vem recebendo apoio substancial.

Neste breve relatório, exploramos as etapas iniciais que as sociedades e os governos do Acre no Brasil e de Sabá na Malásia têm adotado para mudar a agenda de desenvolvimento. Também avaliamos o impacto que isso teve tanto na economia como no ambiente desses dois estados.

Há uma grande discussão sobre como substituir os padrões atuais de desenvolvimento econômico por uma forma de crescimento cuja filosofia e os incentivos favoreçam a conservação dos elementos que tornam nosso planeta habitável. É vital que os custos reais do uso de recursos naturais sejam considerados na definição de seu valor econômico – o que está muito longe da prática atual na maior parte do mundo. Isso exigirá trabalhar com o setor privado e instituições financeiras governamentais e internacionais para reorientar o desenvolvimento de modo a promover investimentos na manutenção de ecossistemas e recursos ao invés de destruí-los. Também é importante promover um desenvolvimento no qual as pessoas, seus direitos e a inclusão social sejam vistos como parte da solução.

Cada parte do mundo possui fortalezas e ativos diferentes; assim, a expressão 'economia verde' terá implicações variadas em locais diversos. Nas regiões em que há uma predominância de florestas tropicais, um dos pontos para o desenvolvimento é definir qual a melhor maneira de utilizar as florestas restantes. Os governos nessas regiões terão que implementar políticas para melhorar o bem-estar humano e gerar oportunidades sólidas de negócios ao mesmo tempo em que mantêm a cobertura florestal. Essas políticas deverão reconhecer a importância das florestas não somente para o desenvolvimento comercial, mas também para atender às necessidades de comunidades rurais e tradicionais, reduzir a degradação ambiental e contribuir para a mitigação das mudanças climáticas.

Neste relatório compartilharemos informações sobre o que está acontecendo no momento tanto no Acre quanto em Sabá, dois governos sub-nacionais que têm dado os primeiros passos para mudar seus padrões vigentes e adotar novas abordagens para o desenvolvimento.

NADANDO CONTRA A CORRENTE

A exploração das florestas e sua conversão para outros usos da terra têm sido tradicionalmente consideradas como um caminho de desenvolvimento legítimo das economias 'modernas'. De fato, tem sido uma base importante para o crescimento econômico no mundo inteiro. Esse paradigma de desenvolvimento convencional tem sido apoiado pelos governos, instituições financeiras internacionais e setor privado: as florestas têm sido vistas como obstáculos para práticas de uso da terra financeiramente mais compensadoras. Essa abordagem de desenvolvimento também tem sido frequentemente ligada à distribuição de renda altamente desigual, contribuindo para a pobreza e para o deslocamento de comunidades indígenas e locais de suas terras tradicionais.

Há uma frequente resistência para mudar o modo como esses bens naturais são utilizados e valorizados devido a mecanismos institucionais e financeiros fortemente enraizados que favorecem o padrão de negócios vigente. Muitos temem que uma mudança possa resultar na

perda da renda governamental de curto prazo, na redução das oportunidades de emprego e no declínio de potenciais investimentos estrangeiros. Porém, as mudanças apresentam novas oportunidades, como a geração de empregos em novos setores, o desenvolvimento de mecanismos inovadores de apoio financeiro, como pagamentos por serviços ambientais, e a certeza crescente de fluxos financeiros de longo prazo a partir do gerenciamento sustentável de recursos florestais.

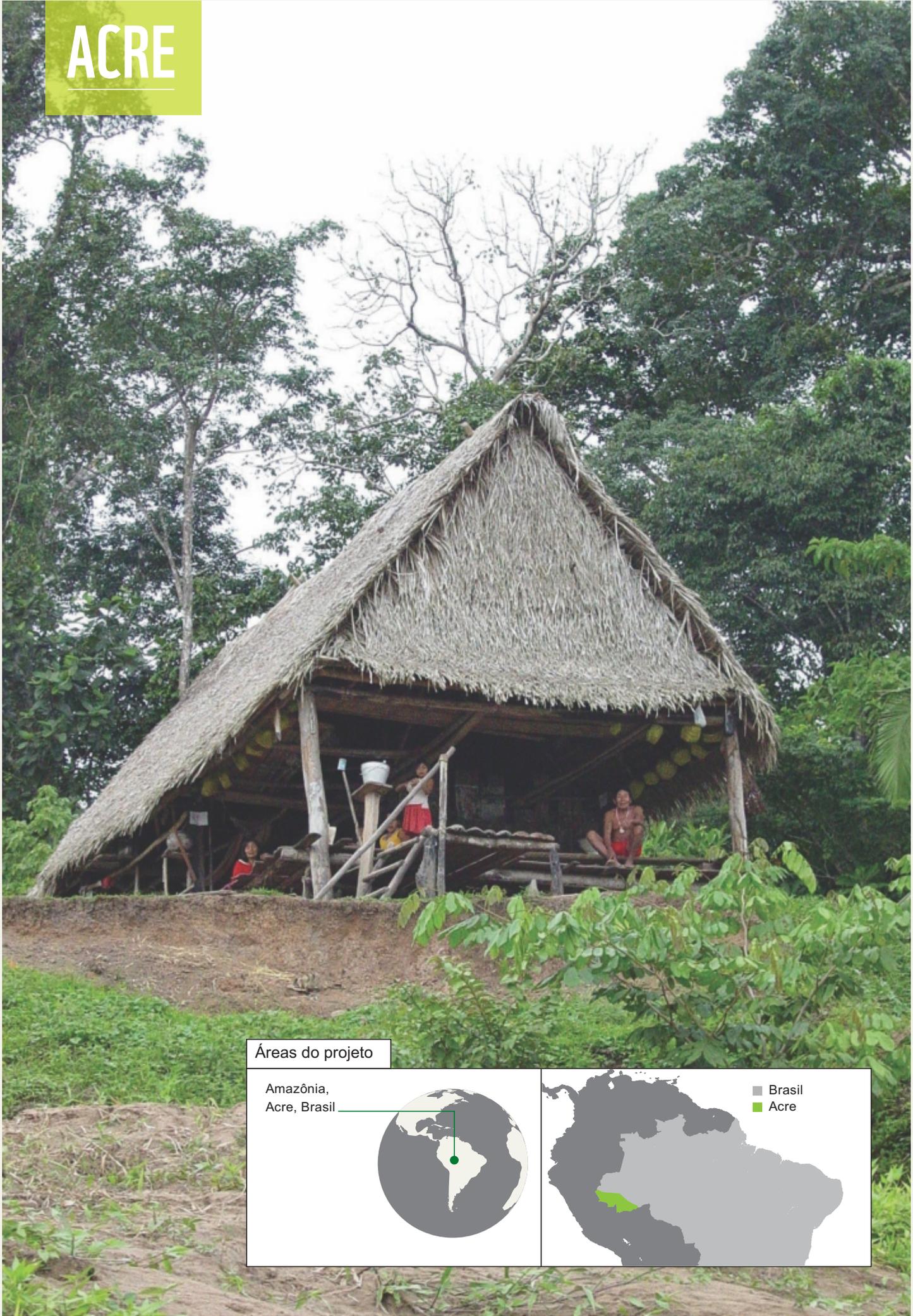
É importante entender que a transição para uma economia verde não significa bloquear o uso e acesso aos recursos naturais e conservar florestas intocadas para futuras gerações. O WWF acredita que colocar a economia verde em prática agrega novos valores aos recursos florestais e melhora a forma como a riqueza proveniente das florestas é distribuída na sociedade – promovendo o crescimento econômico e reduzindo a pobreza. A mudança nesse paradigma de desenvolvimento implica na promoção do bem-estar humano e no desenvolvimento econômico baseado na sustentabilidade, especialmente em relação ao gerenciamento de recursos naturais. Assim, os governos devem criar oportunidades para que as empresas e a sociedade civil participem ativamente no desenvolvimento da economia verde. Isso requer mudanças na relação entre a sociedade civil, a comunidade empresarial e o governo para o estabelecimento de sistemas de governança que respondam às demandas da sociedade de maneira transparente e responsável.

Este relatório é o precursor de um documento mais longo que publicaremos após a conferência Rio +20. Aqui examinamos como os dois governos sub-nacionais, em áreas com extensa cobertura florestal, passaram a tomar iniciativas que promovem o desenvolvimento da economia verde. Sabá e Acre possuem governos estaduais amplamente autônomos dentro de sistemas federais. Começaram a desenvolver políticas e ações que desafiam a forma atual de negócios em seus contextos específicos. Este documento apresenta os esforços que têm sido feitos no Acre e em Sabá para transformar os caminhos de desenvolvimento tradicionais em economias mais sustentáveis que levam plenamente em conta todos os recursos florestais, e incorporados em processos de mudança política e social.

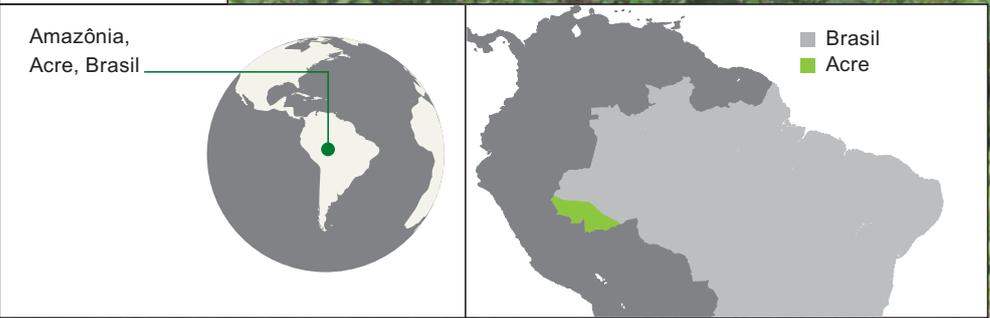
A decisão de comparar esses dois estudos de caso não é aleatória. Ambos compartilham uma história comum em torno de um produto florestal significativo: a borracha. A borracha nativa da Amazônia foi levada para a Malásia há mais de cem anos, onde foi cultivada com sucesso em plantações. O aumento da produção de borracha na Ásia causou o colapso na indústria da borracha na Amazônia. Atualmente, e ainda mais significativo, é o desenvolvimento nos dois estados de planos de uso da terra e abordagens para o manejo florestal com o objetivo de garantir o fornecimento no longo prazo, de madeira, látex, frutos e outros produtos e serviços florestais – incluindo o carbono – sem derrubar a floresta para práticas agropecuárias.

Atualmente, os dois estados reconhecem que têm lições importantes para compartilhar, especialmente em relação a abordagens inovadoras para a gestão de florestas e aplicação de tecnologias modernas para monitorar e controlar o uso dessas áreas. Em 2010, uma delegação do Acre visitou Sabá para compartilhar experiências sobre o desenvolvimento de uma economia verde. Representantes do governo de Sabá retornaram a visita durante os dias que antecederam a Rio +20. Eles pretendem continuar esse compartilhamento de lições e conhecimento técnico e desenvolver um acordo entre os dois governos sub-nacionais que fortalecerá as abordagens de economia verde nos dois estados. O evento promovido durante a Rio +20 visa inspirar e encorajar outros governos a somar seus esforços aos do Acre e de Sabá na direção a uma economia verde em regiões de florestas tropicais.

ACRE



Áreas do projeto



DE VOLTA ÀS RAÍZES: A EXPERIÊNCIA DO ACRE

No Brasil, os regimes militares dos anos de 1970 e 1980 promoveram a ocupação de áreas extensivas da Amazônia por criadores de gado e o desenvolvimento de grandes projetos de infraestrutura – principalmente barragens e estradas. No Acre, entretanto, essa política se deparou com a resistência popular de comunidades tradicionais que dependiam das florestas para sua sobrevivência. Liderados por Chico Mendes, os seringueiros e povos indígenas do Acre exigiram que seus direitos coletivos de acesso à floresta fossem reconhecidos. Atualmente, 87% do estado ainda é coberto por florestas, os direitos de acesso foram amplamente reconhecidos em benefício das diferentes partes interessadas, com diferentes formas de áreas protegidas legalmente estabelecidas (consulte a Figura 1). Um total de 2,4 milhões de hectares (15% do estado) foi reconhecido como territórios indígenas, habitados por aproximadamente 17.000 índios de 14 grupos étnicos. Um adicional de 5,1 milhões de ha (31% do estado) foi estabelecido como áreas protegidas de diferentes categorias, com variadas restrições de uso. Essas áreas são habitadas por mais de 30.000 extrativistas de produtos florestais não-madeireiros - basicamente, coletores de castanha-do-Brasil e seringueiros.

Com a participação de movimentos sociais, desde 1999 o governo do Acre tem sido pioneiro em uma política inovadora de valorização dos recursos florestais aliada a promoção simultânea da inclusão social. Essa abordagem é popularmente conhecida como “cidadania florestal”. Para ajudar a formulá-la, o governo desenvolveu o planejamento do uso da terra por meio do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) em 2000. Esse planejamento foi seguido por um estudo mais detalhado que incorporou critérios socioculturais e políticos. O ZEE diagnostica a condição das florestas e o uso e situação fundiária das terras no Acre – não somente de uma perspectiva econômica e ambiental, mas, essencialmente, também considera como os territórios são organizados em termos socioculturais.

De acordo com as zonas de uso da terra definidas no ZEE, o governo do estado designou um sistema de incentivos para serviços ambientais, conhecido como SISA. O sistema visa basicamente o suporte ao desenvolvimento socioeconômico de base florestal para os setores mais pobres da sociedade acriana. O SISA foi desenvolvido após uma consulta extensiva com representantes da sociedade civil, apoiada pelo WWF-Brasil e outros parceiros.

Quadro 1 Agregando valor aos produtos florestais não-madeireiros

Após o ápice do ciclo da borracha no início do século XX, a extração do látex foi amplamente abandonada na região amazônica. Desde então, o governo estadual do Acre promove o desenvolvimento de cadeias de valores para produtos florestais não-madeireiros como, por exemplo, o açaí, a castanha-do-Brasil e o látex, como parte de sua política de valorização dos recursos florestais. Para ajudar a implementar essa estratégia, o governo do Acre estabeleceu uma fábrica de preservativos próxima à cidade de Xapuri para processar o látex natural. A fábrica está localizada próxima a uma reserva de extração onde o látex é comercialmente extraído para suprir a fábrica. De forma similar, uma fábrica de processamento de castanha-do-Brasil foi instalada em Brasiléia para quebrar, selecionar e empacotar as castanhas, agregado valor localmente. O governo também apoiou o estabelecimento da Cooperacre, uma cooperativa comercial para pequenas propriedades. Há mais de 2.000 membros que processam e comercializam castanhas-do-Brasil e polpa de frutas. Isso não apenas contribui para a valorização dos recursos florestais, mas também gera empregos, contribuindo para o desenvolvimento econômico local.

Quadro 2 Programa de Certificação de Propriedades Familiares

O Programa de Certificação de Propriedades é um dos componentes fundamentais da política estadual do Acre para valorizar os recursos florestais. É um programa voluntário basicamente voltado para famílias com pequenas propriedades que desejam recuperar áreas degradadas. O programa promove a melhoria gradual e a reorientação da produção agrícola não sustentável durante um período de nove anos. O trabalho desenvolvido visa recuperar o ecossistema da propriedade, eliminando as queimadas como uma prática agrícola e implementando sistemas agroflorestais para o restabelecimento da cobertura florestal. A partir de treinamentos e suporte técnico, os proprietários rurais devem elaborar e implementar planos de desenvolvimento da propriedade. Eles recebem incentivos na forma de sementes e materiais de plantio, acesso preferencial a crédito, fomento a cadeias de valores e pagamento anual de US\$ 250 pela conformidade com os planos de desenvolvimento. Até o momento, mais de 4.000 famílias foram beneficiadas pelo sistema. Mais de 1.000 delas recebem apoio do Sky Rainforest Rescue Project, uma parceria entre o WWF e a empresa de comunicação Sky no Reino Unido.

O governo estadual forneceu apoio financeiro para desenvolver e implementar o programa. Um apoio adicional veio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco de Desenvolvimento Interamericano, através do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDS Acre), e do programa PROACRE do Banco Mundial. Para implementar o sistema de incentivos em áreas específicas, um suporte financeiro adicional foi providenciado pelo Fundo Amazônia, pelo banco privado HSBC e pela emissora Sky do Reino Unido, em parceria com o WWF.

Há mais de oito anos vem ocorrendo um declínio regular na taxa de desmatamento no Acre (consulte a Figura 2). Geralmente, o desmatamento segue bem de perto a tendência da região amazônica como um todo. Isso sugere que a tendência é fortemente influenciada por abordagens federais relacionadas à regulamentação e ao controle. Os primeiros indícios desde a introdução do SISA mostraram que, em nível local, o sistema ajudou a diminuir os níveis de queimadas e de desmatamento entre as famílias participantes (consulte o Quadro 2).

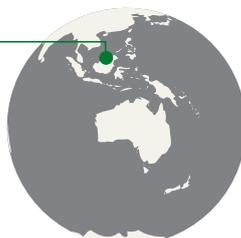
O governo do Acre apoia o desenvolvimento de manejo florestal nas florestas públicas e nas reservas legais de terras privadas. Também promoveu o estabelecimento de um grupo de serrarias e fabricantes de móveis no Acre e a criação de uma cooperativa, a Cooperfloresta, para processar e comercializar a madeira de florestas manejadas em pequenas propriedades. Até o momento, 47.100 ha de concessões florestais em florestas públicas e 26.200 ha de florestas manejadas por comunidades ligadas à Cooperfloresta foram certificados de acordo com os padrões do Forest Stewardship Council - FSC. Três empresas membros do sindicato de fabricantes de móveis (Sindmoveis) também obtiveram a certificação FSC de cadeia de custódia.

A redução no desmatamento não comprometeu o desenvolvimento econômico no Acre. Na verdade, a taxa de crescimento do PIB do estado é a sétima mais alta de todos os estados brasileiros – em 2008, foi de 6,91%. O crescimento composto do PIB do Acre nos últimos 10 anos é um dos mais altos no Brasil, chegando a 71,1%. Os principais indicadores de bem-estar social como, por exemplo, educação, também melhoraram. O analfabetismo caiu de 24,5% para 16,5% entre 1999 e 2010 – o maior índice de melhoria entre os estados do norte brasileiro. Contudo, embora o nível de extrema pobreza tenha diminuído de 25,9% da população estadual em 2000, ele ainda permanece alto a 18,2% em 2010. Esse nível de pobreza persistente, localizado principalmente em áreas rurais remotas, é o principal desafio que deverá ser abordado no futuro. Enquanto um progresso significativo tem sido feito para reduzir a pobreza, será um grande desafio continuar essa tendência devido aos bolsões isolados de pobreza onde a presença do estado precisa ser mais evidente (consulte a Figura 3).

SABÁ

Áreas do projeto

Sabá, Malásia,
Bornéu



■ Bornéu
■ Sabá



VIRANDO UMA NOVA PÁGINA: AS EXPERIÊNCIAS DE SABÁ

Até muito recentemente, a maior parte de Sabá era coberta por florestas densas ricas em árvores de madeira comercial. No entanto, da metade dos anos de 1970 até aproximadamente os anos de 2000, o desenvolvimento econômico foi fortemente direcionado pela exploração madeireira convencional e sem controle e pelo desenvolvimento agrícola. Isso conduziu ao rápido esgotamento dos recursos florestais. Em 1966, as florestas de Sabá cobriam uma área de 6 milhões de ha. Hoje, esse número caiu para 4,3 milhões de ha. Cerca de 3,9 milhões de ha da área terrestre de Sabá estão agora alocados como reservas florestais e áreas protegidas, principalmente em colinas e montanhas. O território restante destina-se ao desenvolvimento agrícola.

A vasta maioria de floresta remanescente está sob o controle do estado (consulte a Figura 4). São reservas florestais gerenciadas pelo Departamento Florestal de Sabá (DFS). Na verdade, praticamente toda a floresta em terras particulares foi desmatada até 2010. Além disso, toda a madeira de valor comercial foi explorada na maior parte da floresta remanescente. Tudo o que restou são florestas degradadas que contêm somente uma parte de sua biodiversidade original e estoques de carbono. Ainda, aproximadamente 1,5 milhões de ha de plantação de óleo de palma (dendê) (19% da área terrestre do estado) substituíram as florestas naturais em Sabah¹. Entretanto, o crescimento econômico pouco beneficiou os mais pobres. Sabá possui a mais alta incidência de pobreza na Malásia, afetando 23% da população em 2004, e predominantemente concentrada entre os povos indígenas em comunidades rurais remotas.

Em resposta ao grave esgotamento das florestas de Sabá, o governo estadual (liderado pelo DFS) tem feito um esforço especial desde 1997 para reorientar o manejo sustentável da floresta e a certificação de operações comerciais em florestas públicas. O DFS promoveu a adoção da exploração de baixo impacto e estabeleceu a meta que todas as concessões florestais em território público deverão ser certificadas sob um esquema internacionalmente reconhecido até 2014, seguindo o exemplo estabelecido na Reserva Florestal de Dermakot (consulte o Quadro 3). No momento, 868.400 ha de floresta receberam alguma forma de certificação. Destes, 704.800 ha localizam-se em áreas de floresta natural.

Quadro 3 Reserva Florestal de Dermakot

Essa reserva de 55.000 ha, localizada no sul de Sabá, foi licenciada pela primeira vez para exploração em 1955. A exploração intensiva deixou a maior parte da região seriamente degradada. Porém, nos últimos 20 anos, o Departamento Florestal de Sabah (DFS) administra diretamente a reserva. O Departamento pretende recuperar a capacidade produtiva da floresta ao aplicar práticas de silvicultura como o plantio de enriquecimento e o corte de cipós. Foi demonstrado que a recuperação da floresta pode ser economicamente viável, gerando renda a partir de um leilão de madeiras tropicais de alta qualidade e certificadas que abrangerá o custo das operações. A restauração é agora uma política pública para recuperar regiões florestais degradadas. Em 1997, Dermakot foi uma das primeiras áreas na região a receber a certificação FSC.

Para promover o valor econômico das florestas naturais, o DFS fornece suporte financeiro às concessionárias para recuperar a capacidade produtiva das florestas degradadas. Para apoiar essa iniciativa, o governo possui uma capacidade institucional bem estabelecida sob o DFS para planejar, regular e monitorar o uso da floresta. Além disso, o governo estabeleceu programas de treinamento para apoiar o desenvolvimento de habilidades adequadas de manejo dos recursos naturais.

¹ www.poic.com.my Palm Oil Industrial Cluster, Sabah

Dos 2,7 milhões de ha de reservas florestais comerciais em Sabá, 754.800 ha (28% da área total nessas reservas) em cinco áreas manejadas garantiram status certificado. Além disso, quatro plantações florestais comerciais que cobrem 113.500 ha receberam também certificação. Sabá fez um importante progresso para atingir a meta do DFS de que 100% de sua reserva florestal comercial será certificado até 2014.

Quadro 4 Iniciativa Heart of Borneo

Em 2007, os três governos de Bornéu – Brunei, Indonésia e Malásia – assinaram uma declaração para colaborar na conservação e no uso sustentável dos recursos naturais da ilha, sob a iniciativa Heart of Borneo. Essa iniciativa visa evitar mais perdas florestais ao promover o manejo sustentável dos recursos naturais por meio de uma colaboração que transfronteiriça para a gestão de áreas protegidas, ecoturismo e capacitação. Muitas das estratégias implementadas por Sabá apoiam a estrutura acordada pela iniciativa Heart of Borneo. Estas incluem a criação de uma plataforma política e um fórum de parceiros com o envolvimento do setor privado e da sociedade civil.

Essencialmente, o planejamento do uso da terra no estado continua a ser regido pela classificação de capacidade da terra de 1976. Isso conduz a uma visão amplamente econômica de uso da terra alinhada aos padrões de desenvolvimento vigentes nesse período. Recentemente, entretanto, o DFS está envolvido na promoção de abordagens mais participativas em relação ao planejamento do uso da terra como, por exemplo, aquelas empregadas no projeto da reserva florestal de Mangkuwagu, que é apoiado pelo UNDP e pelo DFS.

Além das medidas para promover um maior envolvimento da comunidade, o governo de Sabá reconhece o valor de

certificação da Mesa Redonda do Óleo de Palma Sustentável - Roundtable on Sustainable Palm Oil²: uma iniciativa apoiada pelo WWF para estimular práticas de produção de óleo de palma mais responsáveis. Contudo, o óleo de palma permanece uma ameaça às florestas em Sabá, onde mecanismos reguladores ainda não conseguem exercer um controle efetivo sobre sua expansão.

Sabá não possui uma forte tradição de participação social nos processos democráticos. Entretanto, com uma sociedade civil cada vez mais organizada, essa imagem está começando a mudar. Historicamente, a situação fundiária e a legislação florestal em Sabá tendem a marginalizar os povos indígenas de suas terras tradicionais, com algumas comunidades sofrendo com a invasão das plantações. No entanto, o DFS recentemente adotou acordos inovadores com as comunidades indígenas para promover o manejo florestal comunitário e a recuperação da floresta. A iniciativa MESCOT, com comunidades locais, desenvolveu práticas inovadoras para restaurar florestas de terras baixas degradadas ao cortar vinhas, controlar gramíneas, bem como estimular o crescimento com um plantio enriquecedor. Espera-se que esse importante precedente permita que o governo estimule setores marginalizados da sociedade a participarem mais no manejo florestal, gerando soluções vantajosas, criando empregos rurais e restaurando as florestas.

Sabá está dando os primeiros passos em direção a uma abordagem mais sustentável do desenvolvimento econômico de base florestal: metade de seu território está reservado para uso florestal, mecanismos financeiros inovadores foram desenvolvidos para apoiar a restauração da floresta, a certificação de práticas aprimoradas de manejo florestal é promovida para garantir a certificação de todas as áreas até 2014 e as comunidades indígenas estão cada vez mais envolvidas na restauração e no manejo florestal. O DFS é a principal força direcionadora por trás dessa mudança. Um progresso inicial foi atingido no setor florestal e suas sementes foram espalhadas para uma maior participação das organizações da sociedade civil nos processos de tomada de decisões.

² Roundtable on Sustainable Palm Oil www.rspo.org

CONCLUSÕES

O WWF acredita que, primeira e principalmente, o desenvolvimento econômico verde deve ser orientado por uma **liderança política decisiva**. Os governos estaduais do Acre e de Sabá rejeitaram os padrões tradicionais de fazer negócios, ainda que seus pontos de partida fossem diferentes. Em Sabá, o governo foi direcionado pelo declínio na produção florestal como um resultado da exploração comercial descontrolada de madeira nos anos de 1970 e 1980. No Acre, as comunidades locais exigiram o respeito de seus direitos de acesso aos recursos florestais que garantem sua subsistência, criando a base das políticas governamentais. Esses direcionadores de mudança muito diferentes resultaram em abordagens contrastantes: Sabá foca amplamente no manejo florestal sustentável promovido pelo DFS, enquanto o Acre enfatiza políticas que valorizam os recursos florestais, com base na participação da sociedade civil e no planejamento do uso da terra.

Adotar o **planejamento do uso da terra** como base para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas é um dos componentes considerados essencial ao estabelecimento de uma economia verde. No Acre, os agentes locais participaram ativamente no exercício do ZEE, o que tem contribuído para o desenvolvimento de uma orientação territorial das políticas. O ZEE permitiu que o governo apontasse os locais onde as comunidades poderiam acessar os recursos florestais com potencial econômico. A participação no ZEE promoveu a apropriação local e forneceu a base para o desenvolvimento de políticas e sistemas de incentivos que promovam as práticas sustentáveis de uso de terra com ênfase nos recursos florestais. Estes formaram a base para o estabelecimento de uma estrutura de apoio institucional e governança ambiental aprimorados.

Em Sabá, o planejamento do uso da terra teve início nos anos de 1970. Naquela época, foi considerado imperativo converter as florestas para usos que se acreditava ser mais rentáveis. Porém, em 1984, o governo decidiu reter, pelo menos, metade do território em florestas. Assim, desde então, a política de planejamento do uso da terra formou a base para o estabelecimento de um patrimônio florestal permanente, colocando os critérios econômicos em primeiro lugar, mas também considerando os critérios ambientais e, até certo limite, os sociais. Contudo, recentemente o governo de Sabá – especialmente o DFS –, com a ajuda de ONGs, começou a envolver as comunidades em exercícios de planejamento participativos.

Investir nas pessoas e utilizar os recursos naturais de formas não destrutivas são essenciais para promover a inclusão social e o manejo sustentável dos recursos naturais. O Brasil tem uma longa tradição de participação popular no planejamento, monitoramento e controle de processos políticos. Esse histórico ajudou a fortalecer a abordagem do Acre para a inclusão social e tem reflexos na dedicação de recursos para a educação pelo governo do Acre. Hoje, todos os professores devem ter nível universitário, o que melhorou significativamente a qualidade da educação: o Acre deixou de ser um dos estados mais mal classificados nesse tema no Brasil para ficar entre os 10 mais dentre os 27 estados.

Em Sabá, esse processo é incipiente. Inicialmente, é necessário estabelecer as condições e as capacidades locais de participação efetiva dos cidadãos. Uma mudança de longo prazo somente será assegurada se essas habilidades forem amplamente desenvolvidas. Felizmente, Sabá tem diversas ONGs ativas e comprometidas trabalhando nessa questão e o governo tem recebido bem as perspectivas, paixão e comprometimento dessas organizações. Atualmente, Sabá está estabelecendo essas bases ao facilitar o desenvolvimento organizacional e estimular a população local a exigir seus direitos por meio de processos como o 'Forever Sabah' (Eternamente Sabá) (consulte o Quadro 5).

Quadro 5 Forever Sabah

Forever Sabah (Eternamente Sabá) é uma plataforma que faz com que os parceiros-chave construam juntas uma visão comum de Sabá como uma economia sustentável no século XXI. A base da abordagem é construir capacidade local para que as comunidades possam participar na discussão aberta com outros grupos de interesse e o governo. Forever Sabah promove uma mudança de paradigma para um modelo de desenvolvimento econômico mais verde e mais inclusivo - um modelo que envolva ativamente a sociedade civil. Dessa forma, Forever Sabah visa promover a participação mais efetiva da sociedade civil junto ao governo no projeto de uma Sabá mais verde ao construir capacidades, empoderar atores locais e fortalecer organizações comunitárias.

As estruturas atuais de incentivos e os altos preços dos produtos agrícolas são mecanismos extremamente poderosos para promover a conversão das florestas em usos agrícolas. Para mudar essa estrutura de incentivos, a economia verde **deve valorizar os recursos florestais** – especialmente ao encontrar maneiras alternativas de gerar renda a partir desses recursos. O sistema de incentivos do Acre para serviços ambientais, apoiado por um quadro político amplo e intersetorial, demonstra que, com forte vontade política, é possível reduzir significativamente o desmatamento ao mesmo tempo em que se promove o crescimento econômico.

As abordagens inovadoras para valorizar os recursos florestais começam a surgir em Sabá. Por exemplo, por meio do banco Malua Bio Bank, o governo de Sabá atualmente vende “créditos de biodiversidade” para recuperar e proteger 3.400 ha de florestas que estão sob

um acordo de parceria público-privada. Cada certificado de conservação garante a reabilitação e a preservação de 100 metros quadrados do habitat primordial dos orangotangos na Reserva Florestal de Malua. Além disso, o governo estadual faz parte de uma parceria com a empresa Rakyat Berjaya e Face the Future para reabilitar as áreas sobre exploradas de florestas no território destinado à Fundação Yayasan. O projeto irá gerar créditos de carbono em uma região de floresta pública que cobre 2.500 ha por meio de uma inovadora abordagem responsável pelo carbono que é reconhecida pelo Verified Carbon Standard (VCS).

A transição para uma economia verde pode ter custos financeiros significativos. É essencial mobilizar apoio à boa governança ambiental tanto do **setor privado** quanto das **instituições financeiras internacionais**. Sabá trabalha com vários parceiros, especialmente do setor privado, para estimular o manejo sustentável dos recursos naturais, proteger os principais ambientes e recuperar florestas. Isso é basicamente feito por meio de acordos de licença rigorosos e de longo prazo com corporações que se comprometem a implementar planos de manejo acordados que têm a sustentabilidade como meta fundamental.

O Acre também fez parceria com o setor privado por meio do investimento direto no Sistema de Incentivos para os Serviços Ambientais - SISA (por exemplo, com a emissora Sky) e de acordos em que as empresas se comprometem a comprar produtos madeireiros e não-madeireiros que sejam produzidos de forma sustentável. O investimento indispensável de bancos de desenvolvimento como, por exemplo, o IADB, o Banco Mundial e o BNDES – permite que o estado invista em setores fundamentais como a extensão da agricultura, desenvolvimento empresarial, educação, saúde e infraestrutura.

RECOMENDAÇÕES

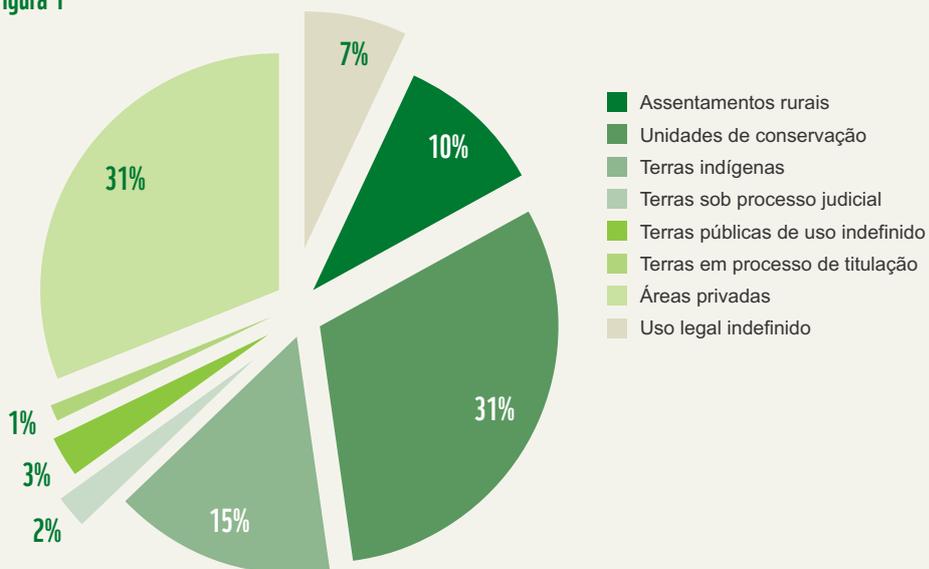
É evidente que a transição em direção ao desenvolvimento econômico verde não está completa no Acre ou em Sabá. Contudo, os dois estados demonstram sinais promissores de que é possível criar um modelo econômico alternativo que garanta a proteção de ambientes florestais críticos ao mesmo tempo em que gera melhores oportunidades aos povos que vivem nesse local. Os dois estados terão que encarar grandes desafios nos próximos anos para fortalecer a governança ambiental. Porém, eles são exemplos em como outros governos e parceiros podem tomar a iniciativa e fazer sua parte para que o desenvolvimento econômico verde prevaleça. Resumimos nossas recomendações para cada um dos setores interessados abaixo.

1. Os **governos** devem rever as estruturas globais de incentivos que norteiam a tomada de decisão e o comportamento da sociedade e remover incentivos perversos nos locais em que existem. Também devem assegurar que condições sejam estabelecidas para permitir a participação da sociedade civil, bem como uma estrutura de governança sólida com a responsabilidade e a transparência governamentais.
2. O **setor privado** deve intensificar seu apoio ao uso sustentável dos recursos naturais por meio de um compromisso crescente com esquemas de certificação e mesas redondas como FSC, RSPO e RTRS. Além disso, deve promover uma abordagem mais empresarial em relação ao desenvolvimento de cadeias de valor para produtos madeireiros e não-madeireiros e às práticas agrícolas de baixo impacto.
3. As **instituições financeiras regionais e internacionais** devem direcionar os investimentos para mudar os padrões de desenvolvimento vigentes. Elas devem se comprometer com mais fundos para projetos com altos critérios de sustentabilidade e inclusão social. Ainda, os compromissos devem ser incrementados para apoiar os governos por meio de pagamentos por serviços ambientais – como, por exemplo, redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+).
4. A **sociedade civil** – local e global – também deve fazer sua parte para garantir que o governo e o setor privado prestem contas e monitorem o progresso em direção ao desenvolvimento econômico verde por meio de mecanismos eficazes de controle social.

O WWF trabalha globalmente em contextos com combinações altamente diversas de recursos naturais e humanos, formas de organização social e sistemas governamentais. Mas, todos eles compartilham um desafio comum: mudar o padrão de desenvolvimento econômico para que a natureza e as pessoas possam prosperar. Nossa intenção tem sido mostrar que a mudança é possível quando uma tomada de decisão política eficaz e uma visão estratégica de longo prazo são apoiadas por uma governança ambiental sólida, pelo respaldo do setor privado e pela participação da sociedade civil. Conforme o Relatório Stern indica, essas mudanças na estrutura da economia global terão custos. No entanto, o custo de não fazer essas mudanças a tempo será muito mais elevado.

Uso da terra no Estado do Acre

Figura 1



Evolução do PIB e desmatamento no Acre

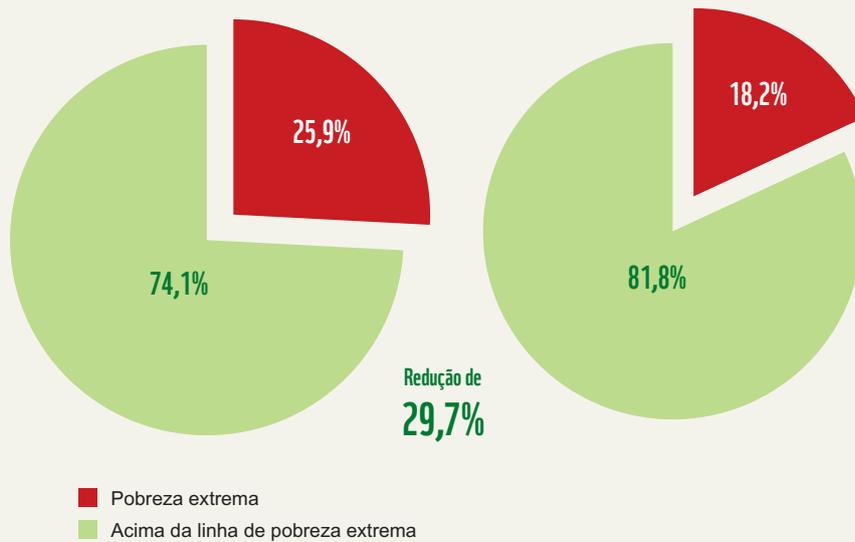
Figura 2



Fonte: IBGE e INPE, 2011

Redução dos níveis de pobreza extrema no Acre

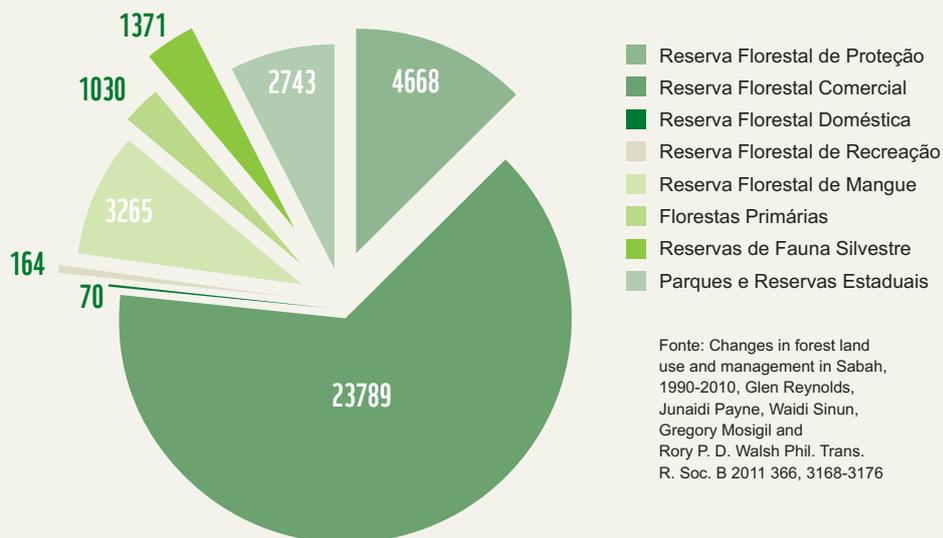
Figura 3



Fonte: IBGE e INPE – Censo

Área em reservas florestais permanentes em Sabá (km²)

Figura 4



Fonte: Changes in forest land use and management in Sabah, 1990-2010, Glen Reynolds, Junaidi Payne, Waidi Sinun, Gregory Mosigil and Rory P. D. Walsh Phil. Trans. R. Soc. B 2011 366, 3168-3176

A floresta em números

100%
RECICLADO



3.9 MILHÕES

Cerca de 3,9 milhões ha da área terrestre de Sabá encontra-se em reservas florestais ou áreas protegidas

4%

O Acre representa 4% da área da Amazônia brasileira



300 MILHÕES

Estima-se que 300 milhões de árvores foram cortadas em Bornéu desde 1994

1/5

Atualmente, o desmatamento é responsável por 1/5 das emissões globais de gases do efeito estufa

WWF UMA FORMA DIFERENTE DE FAZER NEGÓCIOS

PT

WWF.ORG.BR

© Brent Stirton / Getty Images / WWF-UK



Por que existimos

Para interromper a degradação do meio ambiente e construir um futuro no qual seres humanos vivam em harmonia com a natureza.

wwf.org.br